

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2018 (Do Sr. Patrus Ananias e Sr. Nilto Tatto)

Requer realização de audiência pública para debater o traçado da BR 158 no Estado do Mato Grosso

Sr. Presidente,

Requeiro nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts 255 e 256, seja convidado as seguintes pessoas para debater o traçado da BR 158 no Estado do Mato Grosso.

Dr. Halpher Luiggi Mônico Rosa - . Diretor Geral – Interino – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes -DNIT

Dr. Wallace Moreira Bastos – Presidente da Fundação Nacional do Índio - Funai

Dr. Luciano Mariz Maia - Coordenador 6º Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais da Procuradoria Geral da Republica

Representante do Conselho Indigenista Missionário - CIMI

JUSTIFICAÇÃO

A Funai (Fundação Nacional do Índio) informou em seu site que o processo de desintrusão da Terra Indígena Marawatesede , iniciado em dezembro de 2012, foi concluído. No domingo (27/01/2013), oficial de Justiça verificou a situação da área em um sobrevoo e, na segunda-feira (28/01/2013), entregou ao órgão indigenista federal o “Auto de desocupação final. Com a posse do seu território outra discussão começo o projeto de asfaltamento da BR 158 que corta a

Terra Indígena. Até a data de hoje ainda existe pendências sobre este projeto como retrata as matérias publicadas na imprensa nacional.

Inquérito Civil Público visa acompanhar a mudança do traçado da BR 158 no intervalo que passa pela Terra Indígena Marãiwatsédé.

por Dandara Moraes

A portaria 005 de 6 de maio de 2014 do Ministério Público Federal resolve converter o Processo Administrativo nº 1.20.000.000750/2012-85 em Inquérito Civil Público com o seguinte objeto: “acompanhamento da mudança de traçado da BR 158 no trecho que atravessa a TI Marãiwatsédé para que abranja os Municípios de Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Alto Boa Vista”

Para os Xavante de Marãiwatsédé, a luta pela transferência da BR 158 é imediata. O trânsito dos não índios deliberado pela BR é um dos motivos das reinvasões e dos focos de incêndios constantes no território indígena de Marãiwatsédé.

Marãiwatsédé é um território indígena Xavante, que está localizado na região nordeste de Mato Grosso há 965 km de Cuiabá. Os A'uwẽ Uptabi – povo verdadeiro, como os Xavante se autodenominam – lutaram por mais de quarenta anos pelo direito de voltar para sua terra ancestral, Marãiwatsédé.



E este retorno se deu, não de modo pacífico, mas a partir de uma operação de retomada e devolução da área de 165 mil hectares para o povo Xavante, determinada pelo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2012.

A operação de Desintrusão durou cerca de cinco meses, quando em 5 de abril de 2013, no município de São Félix do Araguaia – MT, foi entregue uma carta à comunidade de Marãiwatsédé, em que o governo afirmou o direito e a posse plena da terra pelo povo Xavante.

Desde então, a bandeira levantada pelos Xavante de Marãiwatsédé tem sido a reconstrução do seu território tradicional e a mudança no trajeto da BR 158. Eles desejam ver a mata crescer para proteger o povo verdadeiro. O Cacique Damião Paridzané frisa a importância do reflorestamento para o dia-a-dia do seu povo “quando o pessoal vai caçar ou pra procurar outra coisa, imbirá, se

tiver fruta, já tem fruta. Descansar já tem sombra. Tem que pensar no futuro (risos)”.

Inquérito Civil Público visa acompanhar a mudança do traçado da BR 158 no intervalo que passa pela Terra Indígena Marãiwatsédé.

02/04/2017 13h50 - Atualizado em 03/04/2017 08h06

Rodovia deve contornar terra indígena retomada após conflito com posseiros

Obra de pavimentação na BR-158, em MT, está parada há mais de 6 anos. Houve acordo entre Funai, Ibama, Dnit e governo para BR mudar de rota.

Do G1 MT

Parada há mais de 6 anos, a obra de pavimentação de trecho da BR-158 deve ser retomada com um novo traçado. Antes em linha reta, agora a rodovia deve contornar a terra indígena Marãiwatsédé, no nordeste do estado, que havia sido ocupada ilegalmente e retomada em 2014.

Segundo a Secretaria de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (Sinfra), foi realizada uma audiência pública na última quinta-feira (30) para debater a pavimentação de 190 quilômetros da BR-158.

Conforme a Sinfra, a licitação para a pavimentação de um trecho de 95 quilômetros será lançada ainda neste mês pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit).

Em maio está previsto o lançamento de licitação para asfaltar outro trecho de 95 quilômetros, que passa pelo município de Serra Nova Dourada. As obras, no entanto, devem começar em 2018.

A Fundação Nacional do Índio (Funai), que participou das discussões, informou que o presidente do órgão, Antônio Costa, se comprometeu a entregar um relatório ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre as obras.

A reserva

A área que foi alvo de disputa tem uma extensão de mais de 165 mil hectares. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o povo xavante ocupa a área Marãiwatsédé desde a década de 1960. Naquela época, a Agropecuária Suiá-Missú instalou-se na região. Em 1967, índios foram transferidos para a Terra Indígena São Marcos, na região sul de Mato Grosso, e lá permaneceram por cerca de 40 anos.

No ano de 1980 a fazenda foi vendida para a petrolífera italiana Agip. Naquele ano, a empresa foi pressionada a devolver aos xavantes a terra durante a Conferência de Meio Ambiente no ano de 1992, realizada no Rio de Janeiro (Eco 92). A Funai diz que naquele mesmo ano - quando iniciaram-se os estudos de delimitação e demarcação da Terra Indígena - Marãiwatsédé começou a ser ocupada por não índios.

O ano de 1998 marcou a homologação, por decreto presidencial, da terra indígena. No entanto, diversos recursos impetrados na Justiça marcaram a divisão de lados entre os produtores e indígenas.

A área está registrada em cartório na forma de propriedade da União Federal.

Sala da Comissão, em de março 2017.

Patrus Ananias
Deputado Federal PT/MG

Nilto Tatto
Deputado Federal PT/SP